

Pierre Bourdieu: poder simbólico, campo e *habitus* na realidade sindical dos trabalhadores em Educação Básica¹

Pierre Bourdieu: symbolic power, field, and habitus in the unional reality of Basic Education workers

Pierre Bourdieu: poder simbólico, campo y hábito em la realidade unional de los trabajadores de Educación

Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira - Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR | Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCPR | Curitiba | PR | Brasil. E-mail: alboni@alboni.com



Edson Rodrigues Passos - Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR | Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCPR | Curitiba | PR | Brasil. E-mail: epassos3@gmail.com |

Resumo: O objetivo geral do artigo é analisar criticamente como ocorre a legitimação sindical para representar a categoria dos professores em Educação Básica pública, tendo em vista a organização simbólica e de poder, por meio da teoria de Pierre Bourdieu, considerando as categorias: poder simbólico, *habitus* e campo. Optou-se por realizar uma pesquisa circunscrita a um determinado contexto linguístico dialético. A pesquisa é de caráter bibliográfico, com abordagem qualitativa, com base principalmente nas obras *A economia das trocas simbólicas* e *O poder simbólico*, ambas de Bourdieu. A pesquisa acerca das teorias de Bourdieu possibilitou ver com clareza as contradições existentes nos campos de poder sindical e estatal, estimulando a compreensão crítica acerca dessa realidade. Além disso, promoveu a criação de conhecimento e aprendizagem, tendo os conceitos de Bourdieu como fonte de pesquisa.

Palavras-chave: Pierre Bourdieu; sindicalismo; educação.

¹ Essa pesquisa foi desenvolvida com apoio financeiro da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná.

Abstract: The general objective of the article is to critically analyze how union legitimacy occurs to represent the category of teachers in public Basic Education, in view of the symbolic and power organization, through Pierre Bourdieu's theory, considering the categories: symbolic power, *habitus* and field. It was decided to conduct research limited to a certain dialectical linguistic context. The research is bibliographic, with a qualitative approach, based on the works *The economy of symbolic exchanges* and *The symbolic power*, both by Bourdieu. Research on Bourdieu's theories made it possible to clearly see the existing contradictions in the fields of union and state power, stimulating a critical understanding of this reality. In addition, it promoted the creation of knowledge and learning, using Bourdieu's concepts as a source of research.

Keywords: Pierre Bourdieu; unionism; education.

Resumen: El objetivo general del artículo es analizar críticamente cómo se produce la legitimidad sindical para representar la categoría de docentes en la Educación Básica pública, frente a la organización simbólica y de poder, a través de la teoría de Pierre Bourdieu, considerando las categorías: poder simbólico, *habitus* y campo. Se decidió realizar una investigación acotada a un determinado contexto lingüístico dialéctico. La investigación es bibliográfica, con enfoque cualitativo, basada principalmente en las obras *La economía de los intercambios simbólicos* y *El poder simbólico*, ambas de Bourdieu. La investigación sobre las teorías de Bourdieu permitió ver con claridad las contradicciones existentes en los campos del poder sindical y estatal, estimulando una comprensión crítica de esta realidad. Además, promovió la creación de conocimiento y aprendizaje, utilizando los conceptos de Bourdieu como fuente de investigación.

Palabras clave: Pierre Bourdieu; sindicalismo; educación.

- Recebido em: 15 de janeiro de 2021
- Aprovado em: 15 de novembro de 2021
- Revisado em: 21 de setembro de 2022

1 Introdução

O presente artigo visa à compreensão crítica sobre a teoria de Pierre Bourdieu (1989), principalmente, as categorias: poder simbólico, *habitus* e campo, a fim de tê-las como instrumento teórico capaz de ampliar a visibilidade acerca das contradições existentes no movimento dos sindicatos dos professores e também para se constatar como se configura a legitimação representativa sindical, que ora exerce a ideologia sindical com legitimidade na defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores em educação pública do Paraná, ora se vale dessa condição de “monopólio” representativo em defesa da classe docente, contra um adversário, quase sempre, evidenciado na figura do Estado.

Pierre Bourdieu considera a categoria classe social não como um grupo real, físico, concreto, mas, sim como construções simbólicas e representativas que se estabelecem no interior de uma complexa estrutura social historicamente definida, com objetivos e interesses privados por uma cultura de classe específica. Nesse ponto, afirma:

[...] classes sociais são, sob certo ponto de vista, ‘partes’ da totalidade social, e de outro, ‘elementos’, e de ambos, em graus desiguais segundo sua posição na estrutura social [...]. [...] as classes sociais, não passam de classificações abstratas enquanto as categorias propostas não refletirem estruturações que podem ser descobertas nos sistemas concretos. (BOURDIEU, 2004, p. 13).

Essa visão de totalidade na construção de classe social nos permite dizer que tal categoria estaria circunscrita em códigos inteligíveis no contexto das relações sociais em determinados momentos histórico, de modo que os indivíduos seriam produzidos no interior de múltiplos sistemas simbólicos ancorados em aspectos particulares e universais da sociedade, tais como: saber e poder que, na concepção de Bourdieu, seriam o capital econômico, o capital social e o capital cultural. Nessa perspectiva, podemos dizer que toda totalidade é composta de outras totalidades que se retroalimentam no contexto de sistemas concretos, porém, instaurados em relações simbólicas, tendo em vista a imprevisibilidade decorrente das mudanças e das transformações sociais, cuja significação de totalidade não estaria na radicalização do agente em abarcar todas as coisas, mas, sim, de produzir as mesmas práticas e representações de outros agentes na sociedade.

É importante destacar que, para Bourdieu, a categoria classe social não seria construída somente no cerne do econômico no espaço determinado de produção material pelo modo de

produção capitalista, mas, também, nos espaços alternativos e multidimensionais em face das lutas simbólicas nos mais distintos campos de disputa. Isso significa que a construção e a dinâmica das classes sociais estariam imersas nas múltiplas determinações da realidade concreta, no contexto da estrutura econômica, social, política e cultural.

Paradoxalmente, o campo sindical em face do capital de autoridade e poder legitimado enquanto trabalhadores em educação, indivíduos com características diferentes entre si, legenda política, faixa etária, ideologia e formação, e que se dá como democrático, luta em benefício da própria sobrevivência institucional, por meio do quadro de dirigentes que se perpetuam no poder ou passam a ocupar cargos públicos via influência sindical. É nesse espaço contraditório de alternância de poder dentro do próprio campo sindical que se vê a ideologia justificadora dos sujeitos dirigentes na estrutura sindical, cuja defesa e representação dos direitos dos educadores são condições determinantes à manutenção e ao funcionamento do campo sindical.

Essa condição de existência de classe predominantemente fragilizada pelas políticas públicas, por conseguinte, é que irá inspirar o caráter representativo sindical. Em virtude dessa realidade é que se insere a discussão: Qual é a especificidade sindical dos trabalhadores da educação na realidade brasileira, principalmente, quando se vê uma militância docente enfraquecida, sem referencial social e político no seu principal potencial aliado, o sindicato, e o desprezo estatal pelas questões educacionais?

Tal preceito de problematização exige que se discuta os instrumentos ideológicos de manutenção do idealismo sindical, suas estratégias de poder e sua missão social. Deste modo, as três categorias criadas por Bourdieu: poder simbólico, *habitus* e campo, nos permitem intensificar a crítica no intuito de identificar e analisar os limites do campo sindical e como se dá essa legitimação por parte do sindicato, para representar os diversos interesses e desejos da categoria dos professores e, principalmente, entender como funciona a organização simbólica interna do sindicato que, de certo modo, existe em relação aos interesses imediatos dos trabalhadores em educação, por exemplo: lutar pelas perdas salariais, condições de trabalho, garantias de direitos trabalhistas, entre outros que instrumentalizam e legitimam o campo sindical. Embora a luta travada na esfera do real nos dois campos, o sindical e o docente, se complemente pela necessidade indissociável de união das forças, sobressaem as conveniências simbólicas particulares de cada campo, criando, assim, uma oposição arbitrária entre relações de força e relações de classe, ou seja, cada campo, embora dependa um do outro, traz em si uma organização simbólica particular, cujo caráter próprio e distintivo é o objeto do impasse.

Nessa relação de forças entre os campos, o campo sindical tem avançado no aprofundamento das discussões acerca de políticas educacionais, ao ponto de desvelar contradições e ambiguidades que, por vezes, se legitimam nas políticas em educação do Estado do Paraná. No entanto, tal esforço não tem conseguido interferir na hegemonia e no monopólio de determinadas políticas públicas do Estado a ponto de alterar, por exemplo, o currículo, ou interferir no processo de formação de professores. A realidade da vida prática, no interior da escola, tem nos mostrado que o discurso de enfrentamento e proteção dos trabalhadores em educação, na maioria das vezes, está assujeitado às questões e forças externas da própria esfera sindical, ou seja, muitas das ações sindicais são determinadas pelo sistema político e pela ideologia hegemônica do poder econômico.

Prova disso é o projeto neoliberal para a educação básica com a homologação, em 2017, da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017), que deveria promover uma política educacional de acesso para uma reflexão do conteúdo político da cidadania, capaz de elevar a consciência individual e coletiva a alcançar uma consciência crítica em face da exploração capitalista, e que, no entanto, propõe uma preparação para a produção industrial e a lógica de consumo do mercado.

Outro exemplo, mais recente, pode ser visto com a diluição entre as fronteiras entre público e privado, como, por exemplo, destacamos o projeto do Novo Ensino Médio no Brasil (2021-2022), recomendado a partir das demandas produtivas de empresários e secretários de educação pública, que, por meio da criação dos itinerários formativos, isto é, as novas unidades curriculares organizadas por área do conhecimento, formação técnica profissional, competências e habilidades de diferentes áreas, centraliza o controle da educação pública na mesma lógica do sistema produtivo.

Como justificativa e finalidade para esse artigo, levou-se em consideração a importância de se pensar as categorias: poder simbólico, *habitus* e campo de Pierre Bourdieu, tendo em vista a visão transfigurada do campo sindical, sobretudo por conta das influências e das muitas correntes políticas e ideológicas que compõem a estrutura sindical. Para Bourdieu (2004), as disputas por poder ocorrem no interior do próprio campo entre agentes, que estão voltados para determinados grupos políticos, por circunstâncias particulares e universais.

Para compreendermos o sindicalismo docente, precisamos pensá-lo a partir dos sujeitos que compõem o movimento sindical. São professores, educadores e trabalhadores da educação em geral que, apesar das diferentes consciências individuais, trazem em si o ímpeto de luta e

resistência em defesa da categoria e a favor de políticas públicas na valorização da educação. Nesse sentido, a força do sindicato docente apresenta algumas características particulares em oposição ao sindicalismo de outras categorias.

Cabe destacar que o trabalho imaterial subjetivo do professor, como o conhecimento, a informação e a comunicação, está atrelado à sua produção material na vida prática, no processo de ensino-aprendizagem. Portanto, é nessa relação dialética que ocorre a legitimação social da profissão enquanto trabalhadores em educação, de modo a ascender por si mesmo a uma práxis reflexiva, crítica e consciente de seus direitos políticos e sociais. A formação de uma consciência de classe é, antes de tudo, mudança interior, constatação da contradição da realidade, que deve ocorrer, antes de mudar as coisas. É essa consciência de identidade, autocompreensão, enquanto sujeito de transformação social e foco em defesa das políticas públicas de educação, que acaba sendo o fator principal que torna a categoria diferente das outras.

Para tanto, deve-se considerar que a especificidade para exercer a profissão docente exige preceito epistemológico, isto é, o acesso e a apropriação dos bens imateriais e culturais. O encontro entre a perspectiva e o posicionamento epistemológico é condição imprescindível para o educador que busca educar para formar, construir e orientar o outro por meio da construção do conhecimento. Portanto, se estamos inseridos em um “mercado de bens simbólicos” (BOURDIEU, 2004, p. 99), é necessário compreender que a transformação da organização escolar se revela por meio do sistema de produção no qual está imersa, ou seja, à medida que a educação se ocupa com a produção de bens simbólicos, é conveniente entender como se dá o processo de circulação e consumo desses bens. Esse rastreamento é necessário para perceber que não há uma autonomia absoluta entre quem produz e quem consome, em especial pela intervenção de outros campos de poder, como no caso a escola, que está assujeitada à tutela do Estado. Nesse sentido, Bourdieu faz as seguintes considerações:

[...] no caso de um poder capaz de exercer sua ação diretamente sobre o campo, bem como às tomadas de posição políticas. Os progressos do campo de produção em direção à autonomia caracterizam-se pela tendência cada vez mais marcada da crítica (recrutada em grande parte no próprio corpo de produtores). (BOURDIEU, 2004, p. 106).

Nesse contexto, portanto, o sindicalismo docente ocupa seu campo de atuação por meio do poder de intervir, a princípio, na mobilização e luta em defesa dos direitos dos educadores por meio da representação sindical. Entretanto, seria equívoco afirmar que existe neutralidade em se tratando de três campos de poder dessa magnitude: educação, Estado e sindicato. Ou seja, cada

campo desses em particular, como afirma Bourdieu, “[...] funciona como a arena fechada, [...] lutam pela legitimidade e pelo poder capaz de exercer sua ação diretamente sobre o campo” (BOURDIEU, 2004, p. 106). Dessa maneira, cada um desses campos, embora tenham suas especificidades de atuação, por força de interesses universais e particulares, muda de eixo para manter a sua estrutura de poder e domínio particular. Portanto, para Bourdieu, os campos se relacionam e são lugar de disputas, o que implica desenvolver o olhar da desconstrução, da suspeita e da descrença em face da realidade ética, política e econômica, no interior de cada campo.

Optou-se por realizar uma pesquisa exercitando a prática do pensamento crítico, o que implica pensar o universal e o particular, uma concepção dialógica da linguagem entre o ideal e o histórico. O ideal está no sentido de compreender como a capacidade de debater as demandas da militância docente perpassa a reflexão de poder e dominação, que, para Bourdieu, se dá, também, no campo simbólico, e o histórico, na valorização do aspecto histórico e concreto do tempo, da cultura e das relações sociais. A abordagem metodológica é bibliográfica, não esquecendo de fazer uma reflexão crítica da dinâmica da estrutura social e educacional, considerando, em particular, as obras *A economia das trocas simbólicas* (2004) e *O poder simbólico* (1989), de Pierre Bourdieu. Ambas foram lidas pela análise crítica do real, tendo em vista que o sentido que se buscou construir em cada uma delas foi determinado na relação com a realidade, em um período histórico concreto, na relação direta entre os trabalhadores em educação e o sindicalismo docente, tendo em vista o modo de produção determinado pelo sistema produtivo capitalista.

Na perspectiva de valorizar as categorias essenciais criadas por Bourdieu: poder simbólico, *habitus* e campo, a reflexão que se segue procura entendê-las em confluência entre o campo sindical e o Estado, com especial interesse em refletir criticamente os mecanismos próprios de capitalização, os paradoxos existentes no interior de cada um e a disputa de forças dentro dos campos por meio dos seus agentes. Para tal procedimento, consideramos o método de análise do real como o mais apropriado, tendo em vista a especificidade do objeto de pesquisa: a realidade sindical dos trabalhadores em Educação Básica. É importante destacar que tal exercício implicou questionar o discurso institucionalizado do movimento sindical e do Estado, a fim de desconstruir criticamente o que se coloca como natural, tanto de um lado, como do outro, como visões ideologizadas que se perpetuam intensificando a redução dos trabalhadores em educação a massa de manobra, ao nível da práxis utilitária.

2 O sindicalismo dos trabalhadores em educação e o poder simbólico

Para Bourdieu, pensar a função e o funcionamento de um campo é pensá-lo, também, em relação ao capital de autoridade, neste caso o sindical, cujos dirigentes, com suas bases de interesses, detêm o monopólio do controle e da sustentação do poder dos bens de negociação com os órgãos estatais, por exemplo: representar a categoria docente sob determinada jurisdição, visando o seu bem-estar, como lutar pelas perdas salariais, manutenção das condições de trabalho da categoria e garantir direitos. Aqui, faz-se necessário considerar que nesse contexto de produção, a educação não avança de maneira qualitativa e não é vista no mesmo processo de industrialização dos bens de consumo material e duráveis, que para o Estado impactam diretamente no crescimento econômico.

No entanto, uma análise mais criteriosa mostra que esse discurso de enfrentamento e proteção da classe trabalhadora, na maioria das vezes, está assujeitado às questões e às forças externas da própria esfera sindical, como diz Bourdieu (2004), porque “[...] implica na força material e simbólica dos dirigentes ou classe que ela pode mobilizar oferecendo-lhe bens e serviços de modo a atender seus interesses [...]” (p. 58). Ou seja, muitas das ações sindicais são determinadas pelo capital político e pela ideologia hegemônica do poder econômico e do próprio Estado. Isso implica que o fator determinante que perpassa pelo confronto entre o campo sindical e o Estado é o material e o simbólico, ou seja, à questão salarial e à luta por uma escola pública, universal, laica, democrática, gratuita e de qualidade, o que parcialmente explica o porquê de muitas organizações sindicais não terem obtido êxito nas negociações com o Estado.

Outra questão importante a considerar é o que Bourdieu chama de “relação circular ou dialética” (BOURDIEU, 2004, p. 58), que se refere aos aspectos quantitativos e qualitativos de capital de autoridade que cada campo dispõe para mediar e operar internamente na disputa, tanto na pressão sindical, quanto no interior do aparato estatal, isto é, trata-se da concorrência e da resistência dentro do próprio campo. A disputa entre os dois campos, primeiramente, é travada no interior de cada campo, entre os representantes diretos e seus interesses, o que não é de se estranhar quando ocorre interesse de agentes sindicais por questões do aparelho do Estado. Esses arranjos políticos, pela disputa do monopólio do exercício do capital de autoridade, tanto de um lado, quanto do outro, muitas vezes, colocam o docente na posição de consumidor leigo, mero espectador passivo e base de sustentação do poder da instituição sindical e do Estado. Isso ocorre

porque do lado estatal tem o controle institucional, ou seja, o Estado opera com poder de controle discricionário material e imaterial sobre os docentes; de outro lado, o sindicato, mesmo na condição fiscalizadora de implantação e aplicação das leis, procura combater políticas neoliberais que desvalorizam a carreira profissional e reforçam a degradação na qualidade de ensino.

O aspecto mais paradoxal, para compreender o poder simbólico, é tentar entendê-lo numa perspectiva dialética com o real, isto é, o poder simbólico é tudo e seu contrário, porque ele não existe em si mesmo, mas nasce nas relações sociais contraditórias de produção e reprodução de poder, em especial, na forma de instituições distintas e especializadas e por meio da interação entre sujeitos que visam exercer sua hegemonia, ou seja, “[...] buscam ganhar aliados para as suas posições por meio da direção e do consenso” (COUTINHO, 1984, p. 79). Essa interação perpassa todas as esferas sociais: religiosa, escolar, familiar, jurídica, política, cultural, sindical etc.

Para Bourdieu (1989), o poder simbólico, em si, manifesta-se pelo aspecto ideológico dominante no interior de cada uma dessas estruturas e de sua reprodução. No entanto, cada campo traz, na sua especificidade, autonomia para assumir a manutenção das relações de poder, por meio dos sujeitos especializados e seus discursos de autoridade. Bourdieu, no Capítulo I, sobre *o poder simbólico*, do livro *O poder simbólico*, diz:

[...] O poder simbólico supõe aquilo a que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer, ‘uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre inteligências’. [...] tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social). Poder de construção da realidade. [...] à maneira de Durkheim ou Radcliffe-Brown – explica as produções simbólicas relacionando-as com os interesses da classe dominante. (BOURDIEU, 1989, p. 9-10).

No conceito aí descrito pelo autor, o *poder simbólico* é responsável pela conversão e transformação do mundo concreto, sobretudo pelo seu caráter factual e imediato. “É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento, que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função de legitimação da dominação [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 11), sobretudo, por meio do discurso de autoridade do outro. É esse discurso que diz e determina a estrutura psíquica, espiritual e social do sujeito. É por meio dessas instâncias, “[...] círculo cuja parte está no todo e o todo está parte” (BOURDIEU, 1989, p. 7), que se mostra a ausência de fronteiras para o poder simbólico. Ele está por toda parte na nossa liquidez existencial, disputando, inclusive, a verdade no discurso do outro, mesmo que essa verdade seja a nossa grande ilusão. Nesse sentido, é muito difícil para o sujeito, inserido em um determinado sistema

simbólico, criar um significado que garanta a própria autonomia, ou seja, no cerne do campo de poder simbólico, o sujeito foi sendo gradativamente expropriado de si mesmo e não há nada que pertença ao próprio homem, nenhuma mercadoria, crença, saber ou informação. O poder simbólico extraiu do sujeito a capacidade de significar a realidade.

A propósito dessa questão, faz-se aqui um esforço para parafrasear Bourdieu (1989, p. 14) ao afirmar que o poder simbólico traz em si o poder de criar o real pelo enunciado, em especial, pelo capital de autoridade e linguístico de quem enuncia e o caráter crível e verossímil acerca do que pode e deve ser dito. É por meio dessa formação discursiva e ideológica que se entende que, para Bourdieu, o poder simbólico nasce dessa factualidade imediata à qual o sujeito está exposto e que permeia a relação de poder entre o próprio sujeito e seu interlocutor, ao ponto de corroborar ou de transformar o seu campo particular ou do outro por meio da linguagem, que é arbitrária.

É nessa condição de arbitrariedade do signo na estrutura do campo que se cria a ressignificação da coisa em si, por meio da linguagem (enunciação). Por exemplo, no caso de greve da classe docente, o Estado, por meio do seu aparelho ideológico, detém o monopólio coercivo de poder psicológico (poder invisível) ao fazer uso da ameaça como instrumento de corte de salário, e físico, ao empregar a força alegando o controle de distúrbios civis da classe trabalhadora. Nesse embate entre as forças, o poder simbólico, no campo sindical, mostra-se fortalecido em oposição ao aparato do Estado, pois é nesses períodos de tensão entre os campos que a relação entre o sindicato e a classe docente se fortalece, em especial, por meio da mobilização e da força contida em cada sujeito (professor, professora), que vê nesse momento a oportunidade de lutar pelos seus direitos. Nesse sentido, o poder simbólico do sindicato se fortalece pelo aprofundamento da crise, pois é nesse contexto que o capital de autoridade do(s) dirigente(s) sindical(is) se manifesta, principalmente, por meio do poder de convocar a categoria em assembleias, mediando, desse modo, os eixos da pauta de discussão e permitindo que a assembleia delibere acerca da aprovação ou não de greve.

Esses agentes, para marcar posição no seu campo e fora dele, dispõem do capital linguístico, social e cultural proveniente de uma espécie de *habitus* pedagógico, que é universal e particular em cada sujeito docente, uma espécie de jogo, cujas regras sociais estão impressas no *ser* de cada professor(a), determinando, portanto, maneiras e jeitos de ser de cada um.

3 Sobre o *habitus* na lógica dos agentes do campo sindical

Para Bourdieu chegar à noção de *habitus* como a conhecemos, o autor buscou em Aristóteles (c.384-322 a.C.), na Grécia antiga, a raiz etimológica *hexis*, palavra criada a partir do conceito de virtude de Aristóteles. Da *hexis* aristotélica, Bourdieu depura a noção de *habitus* e perpassa por muitos outros pensadores e filósofos, tais como: Kant (1724-1804), Fichte (1762-1814), Hegel (1771-1831), Marx (1818-1883), Emile Durkheim (1858-1917), Husserl (1859-1938), Max Weber (1864-1920), Heidegger (1889-1976) e Merleau Ponty (1908-1961).

Sobre o *habitus*, Bourdieu afirma: “[...] à construção do *habitus* como sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2004, p. 191). Nas estruturas estruturantes estão “[...] os instrumentos de conhecimento e de construção do mundo objectivo” (BOURDIEU, 1989, p. 16), e nas estruturas estruturadas estão os “meios de comunicação (língua, culturas, discurso ou conduta)” (BOURDIEU, 1989, p. 16). Cada uma dessas estruturas traz em si instrumentos simbólicos do mundo social, que passam a constituir o *habitus* do sujeito, sem a necessidade de atribuir essa ação a alguém em específico. Ainda, numa perspectiva ontológica sobre o *habitus*, Bourdieu afirma: “[...] o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis* [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 61).

Para explicar o *habitus*, Bourdieu (1989) buscou na origem da tradição teórica o sentido mais verossímil da cultura e do pensamento alemão da época, ou seja, retoma o idealismo alemão. Sobre essa questão, Marx e Engels dizem o seguinte:

[...] todas as suas questões brotaram de um sistema filosófico determinado, o sistema hegeliano. Suas polêmicas contra Hegel e entre elas a isto se limitam: cada qual isola um aspecto do sistema hegeliano, dirigindo-o, ao mesmo tempo, contra o sistema inteiro e contra aspectos isolados pelos outros. [...] Toda crítica filosófica alemã de Strauss a Stirner limita-se à crítica das representações religiosas. (MARX; ENGELS, 1979, p. 23-24).

A intenção pela recuperação histórico-ontológica da noção de *habitus* faz com que Pierre Bourdieu busque na ideologia da filosofia alemã (MARX; ENGELS, 1979) a reflexão crítica daquele período, acerca da oposição de ideias que se travavam entre a concepção materialista e a idealista, isto é, o abandono do modo de pensar hegeliano, iniciado por Strauss (1808-1874), que

teria levado a Alemanha a sofrer um fatídico declínio material, social, político e em especial ideológico. A Alemanha não seria mais a mesma. Impérios se ergueram e ruíram. Os heróis de princípios frágeis destruíram a si mesmos e ao inimigo. “E tudo isso teria ocorrido nos domínios do pensamento puro” (MARX; ENGELS, 1979, p. 22), isto é, o mundo das ideias e dos filósofos. Hegel contesta que o mundo e a sua materialidade não decorrem essencialmente do mundo das ideias, ou seja, a consciência é ingênua quando se anula a razão fora da realidade da vida prática material. A crise nasce exatamente entre os velhos e os jovens hegelianos:

Os jovens hegelianos criticavam tudo, introduzindo sorrateiramente representações religiosas por baixo de tudo ou proclamando tudo como algo teológico. [...] Jovens e velhos hegelianos concordavam na crença no domínio da religião, dos conceitos e do universal no mundo existente. A única diferença era que uns combatiam como usurpação o domínio que outros aclamavam como legítimo. (MARX; ENGELS, 1979, p. 25).

Os jovens hegelianos estavam dispostos a superar a religiosidade de Hegel “[...] ao trocar sua consciência moral pela consciência humana” (MARX; ENGELS, 1979, p. 26), ou seja, numa perspectiva da vida em sociedade, material. No entanto, tantos os velhos como os novos hegelianos ainda eram conservadores no principal aspecto: abandonar o mundo dos sonhos, das representações, dos conceitos, o mundo das ideias.

A crítica de Marx ao postulado de Hegel e hegelianos é defendida por meio da tese de que para explicar o mundo real é necessário partir do concreto real (empírico – realista) e não do mundo ideal ou das ideias. Nesse sentido, no marxismo não é o pensamento que administra o concreto, é o pensamento que reproduz o processo de constituição do concreto. É o que Marx chama de concreto pensado.

Todo esse devir, a fim de explicar a partir de onde fala Bourdieu, faz-se necessário, tendo em vista a preocupação do próprio autor acerca da temática: “A capacidade de reproduzir activamente os melhores produtos dos pensadores do passado pondo a funcionar os instrumentos de produção que eles deixaram é a condição do acesso a um pensamento realmente produtivo” (BOURDIEU, 1989, p. 63).

Reitera-se, a partir da fala de Bourdieu (1989), que o *habitus* é o modo de ser do sujeito cognoscente. São as diferentes posições que os grupos ocupam no espaço social, como: de fazer, de pensar, de perceber, de sentir, que nos levam a agir de determinada forma em uma dada situação, sem a necessidade prévia da premeditação objetiva, ou seja, não é preciso ensaiar o que se irá fazer, pois as estruturas sociais imprimiram em nós uma espécie de subjetividade

socializada, isenta de regras de conduta ou etiqueta, estimuladas por determinados campos na sociedade.

Talvez seja no campo intelectual que o ato de ensinar constitua o primeiro *habitus* do educador ou da educadora, campo esse que não deixa de ser um campo de poder. Assim, segundo Pierre Bourdieu, entendemos que a primeira experiência do *habitus* de ensinar é condição de existência, no modo de ser dos professores.

A motivação para compreender o *habitus* do professor no campo sindical é, primeiramente, ser professor. O campo sindical é constituído por uma estrutura social específica, com forte inclinação para mobilizações na defesa dos interesses específicos dos militantes ou da classe, mas, por outro lado, com suas próprias lutas ideológicas internas.

A fim de contextualizar a realidade local da APP-Sindicato no Estado do Paraná, Juçara Dutra Vieira, em *APP-Sindicato – uma voz em defesa da educação*, diz o seguinte:

Uma das características marcantes da trajetória da APP-Sindicato tem sido sua capacidade de atuação simultânea nas frentes sindicais e educacionais. O movimento sindical, não tem a mesma dinâmica da academia, nem as ferramentas que propiciam o aprofundamento da pesquisa, da divulgação e da formação. Contudo, pode organizar os saberes oriundos da *práxis*, do contato com a realidade, estabelecendo mediações com a vida acadêmica, especialmente com as instituições e as pessoas mais comprometidas com o conceito de educação. A longa vida do Fórum Estadual de Educação e de seus desdobramentos regionais no Paraná, tem se destacado pelo debate educacional, seminários, cursos, produção de materiais e articulação de pesquisa com universidades e agências formadoras de profissionais da educação. (VIEIRA, 2017, p. 97).

Como podemos ver em Vieira (2017), a APP-Sindicato, se caracteriza como uma entidade de classe em defesa da educação pública de qualidade, que está comprometida com a reflexão político-pedagógica dos professores, tendo em vista melhores condições de educar numa perspectiva humanista pautada na formação dos educadores.

É importante destacar que um aspecto que fortalece a matriz nuclear política e ideológica no campo sindical de educação, são as posições políticas heterogêneas dos militantes, que configuram a marca maior do *habitus* sindical, sobretudo, quando constituído por grupos mobilizados de professores, com *habitus* linguístico singular, mas, também, universal, por conta da pertença às especificidades do ofício sindical.

O campo sindical é, por excelência, campo político. Desse modo, o capital linguístico dos agentes desses campos tende a ser usado a fim de garantir a permanência e a sobrevivência em face da concorrência ideológica no interior do próprio campo. Desse modo, o discurso dos dirigentes sindicais, do gestor público ou dos aparelhos institucionais e da classe docente é

ideologizado, ou seja, é na análise do discurso e do capital linguístico no interior dessas convenções que se vê que as ações antes referidas consideram o interesse da categoria ou da sociedade, no entanto, no mais das vezes, oculta-se o interesse político e social implícito em cada campo. É nessa estrutura política, social e simbólica que se entende a dimensão prática das ações dos agentes – professores, sindicalistas e governos, como interagem e regularizam suas condutas.

A título de ilustração do contexto do artigo, de fins de 2016 até 2020, a educação básica pública no Estado do Paraná foi de alerta constante para os(as) educadores(as) paranaenses, os quais permaneceram, durante esse período, em estado de greve. Segundo o Estatuto da APP-Sindicato, isso significa que, por meio de determinação aprovada em Assembleia, por ampla maioria dos trabalhadores presentes, o governo teria sido notificado da possibilidade de deflagração de uma greve geral a qualquer momento. Segue trecho do Estatuto da APP-Sindicato dos trabalhadores em Educação Pública do Paraná:

Determina o Capítulo VI das Instâncias Estaduais de Deliberação - Seção I das Assembleias Estaduais:

Art. 21. A Assembleia Estadual é instância soberana de deliberação da APP-Sindicato, ressalvadas as competências do Congresso Estadual. § 1º. A Assembleia Estadual é constituída pelos(as) sindicalizados(as) admitidos(as) no mínimo 30 (trinta) dias antes da sua realização e quites com suas mensalidades; § 2º. As decisões da Assembleia Estadual devem ser tomadas por maioria simples dos votos dos(as) sindicalizados(as) presentes.

Art. 28. Compete à Assembleia Estadual Extraordinária: ESTATUTO APP-SINDICATO 20 I - discutir e aprovar a pauta de reivindicações da categoria e autorizar a negociação ou celebração de Acordos Coletivos de Trabalho; II - eleger a Comissão de Negociação em período de greve ou em casos extraordinários definidos pela Assembleia Estadual; III - decretar, deflagrar e suspender greve; IV - apreciar as decisões e os atos tomados pelos Conselhos Estadual e Fiscal e pelas Diretorias Estadual e Regionais; V - deliberar sobre quaisquer assuntos levados a sua consideração por instância ou sindicalizados(as) da APP-Sindicato, desde que constem da pauta; VI - deliberar sobre filiação e desfiliação da APP-Sindicato a outras associações sindicais de grau superior e educacionais de interesse da categoria. (APP-SINDICATO, 2016, p. 18-20).

No que diz respeito ao aspecto soberano da Assembleia Estadual para cumprir uma determinada dimensão da ação sindical em nome da coletividade, chama-nos a atenção o aspecto trabalhista-corporativo com dimensão política de grupos sindicalizados que apresentam relações ideológicas conflitantes com a base dirigente, produzindo instabilidade nas articulações políticas internas no sindicato. Nesse sentido, constatamos, no interior do campo sindical – APP-Sindicato, e de outras organizações de estrutura sindical docente, que mesmo com uma articulação de ações sindicais centrada nos interesses coletivos, prevalece a impossibilidade de se separar os aspectos políticos dos institucionais e sociais.

Em relação à realidade citada acima, entre os anos de 2016 a 2020, a direção sindical da APP-Sindicato deliberou pela manutenção de manifestações e atos isolados, em oposição a uma greve geral por tempo indeterminado. No entanto, no mês de junho de 2019, entre os dias 25/06 e 13/07/2019, ocorreu parcialmente a adesão à greve por parte de algumas escolas. Segundo a Secretaria de Educação do Paraná, nesse período de greve, 1,2% das escolas registraram paralisação total e 31%, parcial.

Embora se reconheça o capital de autoridade da assembleia para deliberar em nome da categoria, ainda se discute a força e a legitimidade desse capital para representar, simbolicamente, a totalidade da categoria em si. Essa descrença nasce da possibilidade de um ou outro membro que compõe a assembleia ceder à pressão do próprio interesse particular, da direção sindical ou do governo. Tal decisão poderia alterar os rumos de uma negociação, criando-se, assim, novo contorno na disputa pelo poder. Acerca de crédito e crença, Bourdieu afirma o seguinte:

O capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objecto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem. [...] um crédito com que ele o credita. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe. (BOURDIEU, 1989, p. 187-188).

Nesse macrocampo do capital (poder econômico), por onde perpassam quase todos os outros campos, o sujeito é uma mercadoria como outra qualquer. Exposto aos interesses e às representações do mercado, todo homem tem seu preço. O seu valor material ou imaterial é definido pela lei da oferta e da procura. Nesse sentido, o capital de credibilidade depositado no sujeito ou no grupo ao qual pertence (sindical, político ou docente) dependerá da vulnerabilidade e da exposição que venha macular ou denegrir com escândalos, difamação, calúnias, o capital de prestígio pessoal ou do grupo. A ausência do capital de confiança torna o sujeito desacreditado para completar e legitimar êxito na empreitada no campo. É o que ocorre, por exemplo, no caso de presidente sindical, que, embora ocupe uma posição de força simbólica importante no campo, nem sempre é reconhecido por outras lideranças sindicais e sindicalizados. A consequência disso, é um sindicato decadente, cuja luta de classe é fraca.

São muitas as vertentes ideológicas incorporadas no interior do campo sindical, o que implica destacar em muitos casos a ruptura entre a base e a cúpula sindical. Nesse momento, não se tem a pretensão de analisar as vertentes ideológicas do campo sindical, mas de mostrar que o

habitus torna-se o resultado de relações dialéticas entre o campo sindical e os sindicalizados, uma forma de mediação que recupera o aspecto individual e simbólico da categoria.

Convém ressaltar que os sindicatos são campos de atuação que se organizam pela apropriação de narrativas discursivas, principalmente jurídicas, que legitimam o processo de representação e negociação, em detrimento de outros campos que não possuem o mesmo poderio.

Bourdieu (2004) ressalta que nessa economia das trocas simbólicas, como em todo o mercado, a fim de atender ao consumidor, mas não de uma mercadoria qualquer e, sim, a produção de sentidos, intenções, interpretações, segurança jurídica etc., há escassez para prover a todos, daí a disputa dentro dos muitos campos. Nesse caso, o sindicato, simbolicamente, coloca-se como o legítimo representante dos interesses do trabalhador, uma espécie de abrigo simbólico na disputa com outros campos, principalmente, em relação às políticas advindas do Estado. Portanto, a necessidade de compreender que a representação é sempre subjetiva (individual) é como o sujeito vê o real.

Para Bourdieu (2004), o poder simbólico perpassa diretamente pela forma e pelo uso da linguagem, que também é uma forma de poder para quem a domina. No livro *What talking means* (1982), um dos últimos livros de Pierre Bourdieu, citado no texto de Yasmine Chudzinski (1983), verifica-se a estreita fronteira entre linguagem e poder simbólico. A linguagem é exterior ao sujeito cognoscente. Uma prova disso é a gramática normativa, a matemática da língua. Ela impõe todo o seu conteúdo impositivo, concebendo a linguagem como forma de comunicação, restrita à troca de informações e conceitos por meio da decodificação de sinais. Bourdieu adverte a redução da linguagem como um instrumento de decifração. Para ele, a linguagem é uma prática social com poder de mudar a realidade. Nesse contexto, é importante ressaltar que no campo do discurso sindical observam-se dois conceitos introduzidos por Bourdieu (2004): “mercado linguístico e intercâmbios simbólicos”. No texto *O que falar significa*, Yasmine Chudzinski diz:

O que é essa analogia do mercado em que a troca de línguas é também uma troca econômica, na qual não se fala apenas para se comunicar, mas para assegurar, numa razão simbólica de forças, um certo número de lucros (para ser positivamente valorizado, acreditado, apreciado, admirado, obedecido). Intercâmbios simbólicos não são apenas atos de comunicação entre pares, o que implicaria a igual competência linguística dos produtores-falantes, mas eles são ‘relações de poder em que se atualizam as relações de poder entre os falantes e os respectivos grupos de que são os agentes’. (CHUDZINSKI, 1983, p. 34, tradução nossa)².

² *Qu'est-ce que cette analogie du marché où l'échange linguistique est aussi un échange économique, où l'on ne parle pas seulement pour communiquer, mais pour s'assurer, dans un rapport de forces symbolique, un certain*

Portanto, podemos dizer que o sindicato detém o monopólio do mercado linguístico no seu campo de atuação. Este controle sistematizado do discurso visa a adesão dos sindicalizados à ordem sindical, cuja intenção são as disputas pela autoridade, legitimidade, autenticidade e pelo domínio dos enunciados e das interpretações, cuja intenção é a manutenção da realidade do próprio campo sindical.

Dessa forma, a linguagem passa a ser moeda de troca, com alto valor mercadológico para quem a domina com função intrínseca aos interesses particulares de cada campo. Essa espécie de matriz discursiva não é percebida pela consciência dos filiados e sindicalizados porque ela passa a se configurar como uma rede de produção e consumo discursivo, que de maneira naturalizada acaba apropriando-se e suprimindo a capacidade psíquica desses indivíduos, insignificando-os no mesmo movimento de qualquer mercadoria linguística.

No entanto, por outro lado, esse discurso estimula e alimenta o imaginário do sujeito para além da palavra, uma espécie de revestimento simbólico que motiva o reconhecimento do poder simbólico nessa relação, uma espécie de cumplicidade afetiva e obediência submissiva em face da necessidade de pertença à categoria.

4 O campo sindical dos trabalhadores da Educação e suas contribuições

Bourdieu (1989) explica a construção da teoria dos campos como sendo de natureza complexa. Para o autor, “[...] todo campo é campo de produção com espaço social de relações subjetivas” (p. 64). O que importa para Bourdieu não é a definição conceitual e semântica em si do vocábulo campo no sentido mais universal ou restrito, mas, sim, descobrir no interior desse espaço social os seus movimentos, as determinações essenciais e suas contradições. Por isso, o autor afirma que “Compreender a gênese social de um campo, e aprender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta” (BOURDIEU, 1989, p. 69).

O mais importante para o autor é compreender a lógica interna que se opera entre os sujeitos no espaço social no qual estão inseridos, que na maioria das vezes revela-se por elementos pormenores do cotidiano, mas que trazem em si uma lógica interna por meio da linguagem, que desafia a compreensão das práticas “[...] dos produtores e as obras por eles

nombre de profits (être évalué positivement, cru, apprécié, admiré, obéi). Les échanges symboliques ne sont pas seulement des actes de communication, entre égaux, entre pairs, ce qui supposerait l'égalité compétence linguistique des locuteurs-producteurs, mais ils sont "des rapports de pouvoir où s'actualisent des rapports de force entre les locuteurs et les groupes respectifs dont ils sont les agents".

produzidas” (BOURDIEU, 1989, p. 69). Desse modo, a disputa nesse mercado de bens simbólicos dá-se nas relações de competição entre quem produz, o que é produzido e a disputa pela mercadoria simbólica que adquire características particulares dentro de cada campo: intelectual, religioso, artístico, econômico, político, educacional, sindical etc. Acerca dessa questão, Octavio Ianni (1982).esclarece o seguinte:

[...] no modo capitalista de produção, ele produz os seus produtos como mercadorias. O fato de que produz mercadorias não o distingue de outros modos de produção; o que o distingue é a circunstância de que o ser mercadorias constitui o caráter dominante e determinante dos seus produtos. (p. 18).

O produtor da mercadoria (escritor, alfaiate, político...) continuará sendo o sujeito operário na estrutura do campo de poder. Para o mercado, a sua produção não legitima e nem autoriza a sua posição no campo enquanto detentor de poder. Nesse sentido, para Bourdieu, o que irá determinar a autonomia do sujeito na estrutura do campo, nem sempre por conta do seu ofício, mas, muitas vezes, por conta do resultado da sua produção, é o discurso de autoridade do outro enquanto detentor de poder e que vê naquela mercadoria simbólica oportunidade para ampliar a própria posição no campo de poder.

Para compreender um determinado campo, Bourdieu convida a desvelar o fenômeno que vela a essência da realidade social, isto é, faz-se necessário ver além da coisa em si e superar a mera aparência em direção aos significados dos valores simbólicos, que, aliás, são construídos por meio da linguagem. Essa discussão permite afirmar que, para Bourdieu, a linguagem está no centro de todo o caminho construído para se chegar à ideia de campo. Assim ele define campo social: “Um campo social é, portanto, um mercado de bens simbólicos, mas igualmente, um campo de forças e de lutas [...]” (BOURDIEU, 2007, p. 50).

Dessa maneira, podemos dizer que o campo sindical dos trabalhadores da educação, a APP Sindicato, nos seus 70 anos de história, lutas e resistência política, sempre foi em defesa e a favor de uma educação de qualidade para a sociedade paranaense. A organização sempre se mostrou combativa em relação às políticas neoliberais do Estado, por meio das lutas unificadas, resultando em greves, paralizações e ocupações. De tudo se conclui que o *éthos* que determina a matriz ideológica sindical, simbolicamente, sempre esteve presente no processo de construção da classe trabalhadora. Entretanto, são as questões complexas que escapam dessa visão universalizada e tipológica da ação sindical que nos interessa pontuar, por exemplo, os conflitos

individuais e em grupos, tendo em vista os interesses materiais e econômicos, uma vez que o sindicalismo, independente do campo de atuação, se insere numa sociedade capitalista.

Sob este ponto de vista, explica-se as acirradas lutas internas que ocorrem dentro do próprio campo por interesses de ordem econômica e espaços de poder, em especial, os sindicalizados, que concorrem e buscam a profissionalização nos cargos de dirigentes. No período de renovação dos dirigentes sindicais, observa-se, no discurso dos representantes das chapas, que a verdade, enquanto baliza cultural, se alicerça em parâmetros formais e simbólicos do próprio campo, os discursos estruturam-se e movimentam-se como laços sociais na defesa dos direitos dos companheiros.

Nesse sentido, a dominação simbólica dá-se pela linguagem, que influi como instrumento de domínio social, político e ideológico, a iniciar pela própria ideia de gestão do conhecimento, que nada mais é do que o controle do conhecimento que se perde nesse emaranhado de vozes ideologizadas. Assim, Ferreira e Bittencourt observam:

O conhecimento regulado pelo capital tem conduzido a sociedade e a humanidade, produzindo a divisão do mundo em dois mundos, polarizando-os no mundo dos possuidores e no mundo dos possuídos. Evidencia, também, a necessidade da produção de um conhecimento emancipador que alicerce a construção de uma ética que não a ética liberal, rumo à construção de uma sociedade não discricionária, justa e igualitária. (FERREIRA; BITTENCOURT, 2008, p. 72).

Na citação de Ferreira e Bittencourt, observamos que o controle do conhecimento também é objeto de disputas e de conflitos pelos mercados. Um bom exemplo são os sistemas de ensino, mais especificamente o campo da pesquisa científica como geradora de conhecimento, que “[...] para assegurar a reprodução do sistema dos esquemas de ação, expressão, de concepção, de imaginação, de percepção e de apreciação objetivamente disponíveis em uma determinada formação social” (BOURDIEU, 2004. p. 117), detém o monopólio de produção e distribuição desses bens com altos fins lucrativos. Portanto, a dominação simbólica parece intervir não só pela força do acúmulo do poder, mas, também, pela obediência da imposição jurídica. É importante destacar que todo campo, seja ele sindical, político ou religioso, no plano das orientações dos seus dirigentes, terá que recorrer ao campo jurídico.

Sendo assim, a eficácia dos sindicatos nas negociações coletivas ou particulares com o Estado ou empresas requer uma categoria profissional qualificada: os advogados. Para Bourdieu, “O campo jurídico é o lugar de interpretar (de maneira mais ou menos livre ou autorizada) um corpus de textos que consagram a visão legítima do mundo social” (BOURDIEU, 1989, p. 212).

Nessa fase da disputa entre os campos (sindical x Estado), abre-se outro espaço de disputa, agora, entre as figuras jurídicas em si, que irão a qualquer custo, por meio dos processos linguísticos, legitimar, sustentar e validar a sua verdade, por meio de protocolos preestabelecidos de interesse do campo. Acerca dessa questão, Bourdieu (1989) afirma que a linguagem jurídica traz em si todo um instrumental linguístico capaz de produzir o efeito desejado para o contexto e a situação de exigência. Quando é o caso, o efeito de neutralização mostra-se muito eficiente pela forma sintética, como condiciona passivamente a estrutura da oração por meio de verbos impessoais. Por outro lado, o efeito de universalização é mais complexo, porque exige um manejo linguístico específico, de modo a empregar a “[...] retórica da atestação oficial e do auto, de verbos atestivos na terceira pessoa do singular do presente ou do passado composto que exprimem o aspecto realizado (‘aceita’, ‘confessa’, ‘compromete-se’, ‘declarou’ etc.), o uso de indefinidos (‘todo o condenado’) [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 215).

O que Bourdieu explica é que nesta guerra em defesa do próprio campo, os degladiadores valem-se de todo o capital linguístico de que dispõem, a fim de derrotar, anular e desqualificar o seu adversário. Nesse duelo, a linguagem lastreia o sustentáculo da verdade, e cada sujeito, ao legitimar os seus postulados no interior do campo, também se autolegitima enquanto detentor de poder. Vencerá aquele que validar a sua verdade desconstruindo o discurso de autoridade do outro. Para isso, Bourdieu (1989) cita dois recursos que são utilizados nos processos linguísticos: os efeitos de neutralização e universalização. Por meio desses recursos, na neutralização o sujeito constrói enunciados utilizando formas verbais, cujos verbos são impessoais, ou seja, a ação do verbo é externa à consciência do sujeito, desse modo, não se pode atribuir a ação do verbo a alguém ou afirmar quem praticou a ação. Esses recursos procuram imprimir a crença na impessoalidade e neutralidade do sistema jurídico. Na universalização, os recursos linguísticos são, por meio do uso dos verbos atestativos conjugados em tempo, modo, número e pessoa, específicos: (confessa, declarou, aceita...) e dos indefinidos absolutos (todo, pouco, algum, qualquer ...), que reforçam as afirmações universais, com pouca margem para construções e sentidos pessoais.

É importante destacar que, para Bourdieu, toda atividade discursiva ocorre por meio do domínio da linguagem e de seu uso social. Desse modo, o que importa na produção da linguagem como capital linguístico não é a transmissão de informação, mas os efeitos de sentidos que se pretende construir na interação entre os interlocutores. Portanto, podemos dizer que o capital linguístico se constitui pela formação discursiva do sujeito no interior de uma realidade material e

ideológica. Assim, a partir dessa perspectiva, o que pode e deve ser dito deve considerar o capital linguístico do falante, em especial a posição de prestígio que ocupa dentro do campo. Portanto, podemos entender a importância que Bourdieu dedica ao capital linguístico: é por ele que perpassam todas as outras formas de “capitais” no interior de todos os outros campos.

5 Resultados da reflexão

Tratando-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, a reflexão fez ver que, por trás de um interesse político implícito, verifica-se a presença de elementos ideológicos de sustentação e manutenção do poder. Talvez esse desvelar da realidade ao expor a contradição existente em cada campo seja o resultado maior da pesquisa, ou seja, permite que o estudante, o leitor, supere o olhar do senso comum cotidiano e alcance um senso filosófico capaz de fazer a crítica do modo de reprodução da ideologia do dominante.

Além disso, seria superficial sair de uma pesquisa sobre as principais categorias de Pierre Bourdieu com a mesma percepção da realidade originária. Pierre Bourdieu não tem a pretensão de resolver os problemas seculares enfrentados pela sociedade moderna, mas consegue nos inquietar e nos instigar com a maneira como constrói significados nas dimensões que se quer conhecer dentro do que chama de “campo, poder simbólico e *habitus*”. A reflexão acerca da interpretação dos significados das categorias criadas pelo autor e o modo como se procurou analisá-las, a fim de entender a realidade sindical dos trabalhadores em educação, possibilitou aprofundar e compreender como se constrói o jogo de poder, seus interesses e conflitos no interior de cada campo. Desse modo, a pesquisa aponta que a capacidade de interação entre grupos internos ou externos de cada campo representa um preceito universal e comum a todos. Esse entendimento entre os campos acerca das regras da formação discursiva parece não fazer parte da disputa em si, pois se percebe que mesmo no conflito é necessário compreender que todos se valem de um único instrumento universal: a linguagem. Além disso, como todo pesquisador busca credibilidade na sua produção investigativa, a construção do conhecimento, a aprendizagem e o ensino, decorrentes da pesquisa, é o que de fato resultou dessa reflexão.

6 Considerações finais

Procurou-se, na construção desse texto, considerar e se apropriar dos conceitos de Pierre Bourdieu: poder simbólico, campo e *habitus*, a fim de compreender as instâncias discursivas e as

representações simbólicas do campo sindical dos trabalhadores em educação, sobretudo no que diz respeito ao jogo de poder que se disputa no interior do próprio campo sindical e como os agentes sindicais, que também são professores, se relacionam com outros campos, por exemplo, o Estado.

Não se teve a pretensão de aprofundar o conhecimento acerca das premissas históricas do movimento sindical na educação brasileira e tampouco seus efeitos políticos frente ao Estado. Focou-se no aspecto da dimensão das demandas da militância sindical e de como os seus agentes dialogam com a questão do poder e dominação no interior do campo simbólico do sindicato e fora dele. Observou-se, a partir dos conceitos de Bourdieu, que as disputas por poder entre campos distintos também são travadas acirradamente no interior do próprio campo, sobretudo, por meio da categoria “capital”, que para Bourdieu é uma moeda de alto valor nesse mercado das trocas simbólicas.

Por fim, utilizando-se do conceito de *habitus* de Bourdieu, procurou-se entender como se processam esses sistemas de esquemas subjetivos, mas, que, por sua vez, estruturam-se simultaneamente na realidade social por meio da linguagem, poderosas narrativas discursivas, capazes de produzir sentidos, interpretações e segurança jurídica sob medida a pedido do cliente, inclusive, para desregulamentar ou regulamentar o mercado das mercadorias simbólicas, de modo que o que interessa de fato é a reorganização da realidade, a transcendência dentro da existência.

Referências

APP-SINDICATO. **Estatuto APP-Sindicato dos trabalhadores em educação pública do Paraná**. Curitiba: APP-SINDICATO, 2017. Disponível em: https://appsindicato.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Estatuto_APP_2017.pdf. Acesso em: 08 de jan. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 8. ed. Campinas: Papius, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

CHUDZINSKI, Yasmine. À propos de ce que parler veut dire. **Études de communication**, França, v. 2, n. 2, p. A30-A37, 1983. Disponível em: <https://journals.openedition.org/edc/3326>. Acesso em: 12 set. 2022.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal e outros ensaios**. 2. ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto; BITTENCOURT, Agueda Bernadete. (org.). Formação humana e gestão da educação: a arte de pensar ameaçada. *In*: FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Formação humana, práxis e gestão do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 51-82.

IANNI, Octávio. **Dialética e capitalismo**: ensaio sobre o pensamento de Marx. Petrópolis: Vozes, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

VIEIRA, Juçara Dutra. APP-Sindicato: uma voz em defesa as Educação. *In*: KÜNZLE, Maria Rosa Chaves; FERRAZ, Marcos (org.). **70 anos de luta e resistência em defesa da Educação Pública**. Bauru: Canal 6 Editora, 2017. p. 89-99.